



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO 2ª Sessão do Plenário Virtual – 2.6.2021

Conflito de Atribuições nº 1.00335/2021-14
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Requerente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Requerido: Procuradoria da República – Minas Gerais
Interessados: Joaquim Emboaba; Lucas de Moraes Gualtieri
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ministério Público Federal em Minas Gerais. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.00.000.013151/2019-91. Falta de acessibilidade à portadora de necessidades especiais em transporte rodoviário no município de Pouso Alegre. Procuradoria da República no município de Pouso Alegre. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pouso Alegre.

Decisão: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente Conflito de Atribuições para reconhecer a atribuição do Ministério Público de Estado de Minas Gerais para atuar nos autos da Notícia de Fato nº MPMG-0525.19.000256-4 (Notícia de Fato PR/MG nº 1.22.013.000070/2019-14), nos termos do voto do Relator. Não votaram, em razão da vacância do cargo, um dos representantes do Ministério Público Estadual, o representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o representante indicado pelo Supremo Tribunal Federal e o representante indicado pelo Senado Federal.

Daniela Nunes Faria Teixeira
Secretária Processual